

Diretora de Serviços de Contratação Pública e Património da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego, de 1 de julho de 2012 a 30 de abril de 2013;

Diretora de Serviços de Aprovisionamento Integrado e Logística da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, de 1 de maio de 2009 a 8 de julho de 2012;

Coordenadora da Equipa afeta ao Sector das Aquisições da Divisão de Aquisições e Património da DGITA, conforme Despacho do Exmo. Senhor Diretor-geral da DGITA, de 3 de março de 2008;

Assessoria jurídica no âmbito dos processos aquisitivos e execução de contratos, quer ao abrigo do regime jurídico previsto no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quer do atual Código dos Contratos Públicos;

Colaboração na implementação do Código dos Contratos Públicos na DGITA, designadamente, elaboração de minutas de documentos relativos ao ajuste direto e articulação da tramitação processual com as demais áreas;

Condução de processos aquisitivos por ajuste direto nos termos do Código dos Contratos Públicos e participação em comissões de procedimentos de aquisição e júris de concursos públicos internacionais para aquisição de bens e serviços, realizados nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

Exercício de funções de assessoria jurídica na Divisão de Administração de Pessoal, da Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos e Formação da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, na qual elaborou pareceres sobre matérias no âmbito do regime da Função Pública;

Assessoria jurídica no âmbito da disciplina da Função Pública e nas matérias de gestão de veículos do Estado, aprovisionamento público e gestão patrimonial, na extinta Direção-Geral do Património.

4 — Formação profissional:

Frequência de ações de formação sobre as seguintes matérias: FOR-GEP — Programa de Formação em Gestão Pública; Contratação Pública; Contratos informáticos; Direito financeiro e orçamental e Direito da Função Pública;

Frequência de Pós-Graduação sobre Contratos Públicos: o Direito Português à luz do Direito Europeu, ministrada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Frequência de Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral, ministrada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Pós-Graduação em Proteção de Menores, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

311678965

AMBIENTE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9248/2018

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando os resultados obtidos em sede de procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, para o cargo de Diretor-Geral do Território, e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto;

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência de procedimento concursal, a mestre Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Diretora-Geral do Território.

2 — Nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada

pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, autorizo a mestre Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião a acumular funções docentes com as de Diretora-Geral do Território.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

23 de agosto de 2018. — O Ministro do Ambiente, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Identificação

Nome: Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião

Data de Nascimento: 09 de julho de 1964

2 — Habilitações Académicas

Licenciada em Geografia e Planeamento Regional, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1987.

Pós-Graduada em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em 1993.

Mestre em Administração Pública, pelo ISCTE — IUL — Instituto Universitário de Lisboa, em 2013.

Diplomada em Estudos Avançados em Políticas Públicas, no âmbito do Curso de Doutoramento em Políticas Públicas, pelo ISCTE — IUL — Instituto Universitário de Lisboa, em 2015.

3 — Percurso e Experiência Profissional

Em janeiro de 2017 foi designada, em regime de substituição, Diretora-Geral do Território, assumindo, por inerência a presidência da Comissão Nacional do Território. Dos projetos concretizados pela DGT no decurso do exercício do cargo destacam-se a proposta de alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a Carta de Ocupação do Solo 2015.

Em 2016, exerceu o cargo de coordenadora do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa, na CCDRLVT com competências de: promoção da capacitação e qualificação da procura; acompanhamento da execução dos instrumentos de programação operacional do Portugal 2020 e dos efeitos das políticas públicas na região; planeamento estratégico de base territorial e gestão da estratégia de especialização regional. Integrou a equipa de elaboração da alteração do PNPOT.

Entre 2014 e 2015, exerceu funções como técnica superior, primeiro, no ICNF, colaborando na redefinição dos sistemas de planeamento especial e de proteção da floresta contra incêndios e, depois, na CCDRLVT, coordenando a avaliação e a preparação da recondução dos PROT a Programas Regionais.

De 2011 a 2014, prestou assessoria à presidência da CCDRLVT, participou na elaboração de instrumentos de programação estratégica e operacional do Portugal 2020, nomeadamente: o Plano de Ação Regional; a Estratégia Regional de Especialização Inteligente; o Programa Operacional Regional e a Avaliação Ex-ante e Ambiental e coordenou os relatórios anuais de monitorização e avaliação do PROT do Oeste e Vale do Tejo.

De 2009 a 2011, foi Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, com competências delegadas sobre os seguintes serviços, organismos e entidades — DGOTDU; CCDD, em matéria de ordenamento do território e cidades; IHRU; Estrutura de Projeto para a Reposição da Legalidade no Litoral; Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro — e sobre os seguintes assuntos — PROT; PMOT; POOC; POE; POAAP; REN; Proteção e Valorização do Litoral e da Zona Costeira; Política de Cidades; Reabilitação urbana; Iniciativa Comunitária URBAN II; Iniciativa Bairros Críticos; Política de Habitação; Geodesia; Cartografia; Cadastro e Informação Geográfica.

Entre 2008 e 2009, foi vogal do Conselho de Administração da Sociedade Frente Tejo S. A. — Reabilitação Urbana da Frente Ribeirinha de Lisboa: Sta Apolónia/Cais do Sodré e Belém/Algés.

De 2005 a 2008, foi vice-presidente da CCDRLVT, com competências delegadas nas áreas e serviços de: Ordenamento do Território,

Ambiente, Litoral, Águas Interiores e Fiscalização e responsabilidades na condução de projetos de simplificação e reforma administrativa. Coordenou a elaboração do PROT do Oeste e Vale do Tejo e colaborou na Estratégia Lisboa 2020.

Entre 2003 e 2005, exerceu funções de assessora do Ministro da Administração Interna, para as áreas da reorganização do dispositivo territorial da GNR e Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e, depois, de adjunta do Ministro da Presidência, para as áreas do ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável.

Em 2002 e 2003, exerceu o cargo de diretora de serviços no Centro para o Planeamento e Coordenação, do IGP, com competências de planeamento, coordenação e avaliação e apoio ao Conselho Coordenador de Cartografia.

Entre 1999 e 2002, exerceu funções de adjunta do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, nas áreas do ordenamento do território, planeamento regional e municipal e da informação geográfica.

De 1989 a 1999, exerceu funções como técnica superior, até 1994, na DGOT, assegurando o acompanhamento de PDM e participando em estudos de ordenamento do território e do sistema urbano nacional e, a partir daí, na CCDRLVT, participando nos projetos: Base de Dados de Ordenamento do Território; Sistema de Informação Regional; Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário e no acompanhamento e avaliação de PDM. Coordenou a elaboração do PROT da Área Metropolitana de Lisboa.

311682399

Despacho n.º 9249/2018

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando os resultados obtidos em sede de procedimento concursal desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, para o cargo de Subdiretora-Geral do Território e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto;

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência de procedimento concursal, a mestre Ana Maria Rodrigues Seixas do Val Ferreira para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Subdiretora-Geral do Território.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos à data da respetiva assinatura.

14 de agosto de 2018. — O Ministro do Ambiente, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Identificação

Nome: Ana Maria Rodrigues Seixas do Val Ferreira
Data de Nascimento: 29 de janeiro de 1962

2 — Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Biofísica, pela Universidade de Évora, em 1988;

Pós-Graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental na Perspetiva das Comunidades Europeias, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em 1992;

Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em 1998.

3 — Percurso e Experiência Profissional

Em abril de 2017 foi designada, em regime de substituição, Subdiretora-Geral do Território. Dos projetos concretizados pela DGT no decurso do exercício do cargo destacam-se a proposta de alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a representação nacional no Programa de Cooperação ESPON 2020 dirigido para a consolidação do Observatório Territorial Europeu.

De 2013 a fevereiro de 2017 foi assessora do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa de Ambiente, enquanto técnica superior, onde coordenou a participação da Agência no Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território, integrando a equipa de elaboração da alteração do PNPOT; assegurou a agenda para a Eco-inovação e a coordenação e representação da Agência nos Comités de Acompanhamento dos Fundos Europeus e Estruturais de Desenvolvimento; Assegurou, ainda, junto da Comissão Europeia, a representação nacional em reuniões e Grupos de Coordenação Estratégica nas áreas de planeamento de Recursos Hídricos e das Autoridades Ambientais Europeias; acompanhou as políticas para o ordenamento do espaço marítimo e a gestão costeira integrada e a avaliação ambiental de projetos e programas.

De junho de 2012 a maio de 2013, integrou a Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 (EEA Grants) assegurando as funções de Coordenação da Unidade, no período de setembro de 2012 a março de 2013. Esta estrutura assumia também as funções de Autoridade de reporte de irregularidades na utilização dos fundos do Mecanismo Financeiro.

De 2007 a 2012, foi Vice-presidente do Instituto do Água onde assegurou a coordenação das seguintes áreas: *i)* Planeamento, ordenamento e avaliação ambiental de planos e programas; *ii)* Planeamento e programação da política nacional de recursos hídricos; *iii)* Coordenação e regulação de critérios associados à gestão dos recursos hídricos e procedimentos a adotar no domínio das águas interiores e costeiras; *iv)* Monitorização, sistematização e disponibilização de informação; *v)* Gestão administrativa e de pessoal; *vi)* Planeamento estratégico no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

De 1999 a 2007, exerceu no Instituto da Água, respetivamente, as responsabilidades de Chefe de Divisão de Ordenamento e Proteção e de Diretora de Serviços de Utilizações do Domínio Hídrico, assegurando as áreas técnicas: *i)* Planeamento e Ordenamento, *ii)* Avaliação de Impacte Ambiental e *iii)* Utilizações do Domínio Hídrico.

De 1986 a 1999, técnica superior da Direção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos e da Direção-Geral dos Recursos Naturais. Integrou ainda o Grupo de Trabalho das Cheias, na Direção-Geral do Ordenamento do Território, criado pelo Governo na sequência das cheias ocorridas na Área Metropolitana de Lisboa em 1983.

311683419

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Louvor n.º 354/2018

No momento em que deixa a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, é com inteira justiça que exprimo o reconhecimento e público louvor ao Eng.º Fernando Ventura Mendes Costa, pela sua carreira de várias décadas como Técnico Superior e Dirigente da Administração Pública, em que sempre demonstrou as mais elevadas qualidades pessoais e técnicas, a que acresceu sempre um elevado sentido de responsabilidade e um altruísmo notáveis, face às vicissitudes de saúde com que se deparou.

No exercício das suas funções distinguiu-se pela ética, exigência, rigor e gentileza, pela permanente disponibilidade e lealdade e, acima de tudo, uma conduta exemplar e de total compromisso para com a causa pública, qualidades de elevado mérito que em muito relevam para o louvor que agora lhe confiro publicamente.

10 de setembro de 2018. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

311664343